



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
N.º 001/2025

TEMA: "PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ANO DE 2026 , NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO."

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**, com fundamento no art. 37, III, do Regimento Interno do Tribunal, por meio de sua Presidente, a Desembargadora do Trabalho Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, TORNA PÚBLICO aos cidadãos e cidadãs interessados(as), representantes dos setores público e privado, da sociedade civil organizada e da comunidade que será realizada **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, de forma remota, em conjunto com os Tribunais Regionais do Trabalho da 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 12ª e 18ª Regiões, com o objetivo de discutir o tema "**Participação na elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2026**".

OBJETIVO

Art. 1.º A audiência pública terá por objetivo discutir com os mais variados grupos sociais que podem colaborar na construção das **Metas Nacionais** do Poder Judiciário para o ano de 2026, com base no desempenho do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e com o intuito de aperfeiçoar a prestação jurisdicional deste Tribunal.

HORÁRIO E LOCAL

Art. 2.º A audiência pública será realizada no dia 9 de junho de 2025, segunda-feira, a partir das 10h às 12h, de forma remota, via plataforma de videoconferência Zoom, acessível pelo link <https://trt18-jus-br.zoom.us/j/81655322412> .

**PARTICIPAÇÃO DE AUTORIDADES, ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL E
DEMAIS INTERESSADOS(AS)**

Art. 3.º São convidados(as) a participar da audiência pública Magistrados e Magistradas, servidores e servidoras, empresas, entidades civis, associações de classe, acadêmicos e acadêmicas, cidadãos e cidadãs, e os jurisdicionados em geral, envolvidos com o tema, que estão sob a jurisdição do TRT da 8ª Região, além da imprensa.

Art. 4.º Os(as) interessados(as) em participar da audiência pública deverão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

confirmar sua presença até o dia 06 de junho de 2025, às 10h através do formulário eletrônico: <https://forms.gle/JSoscuo9ZowRkaSL7> ou pelo telefone (91) 4008-7243 ou presencialmente na Secretaria-Geral Judiciária, indicando nome, e-mail, entidade que representa (se for o caso) e se deseja se manifestar oralmente na audiência pública.

Art. 5.º As manifestações orais obedecerão à ordem sequencial das inscrições, observando-se que, caso haja manifestação de interesse de mais de um(a) representante da mesma entidade sindical, civil ou pública, será privilegiada a fala do primeiro participante na ordem de inscrição, sendo que os(as) demais serão ouvidos(as) após a participação de, pelo menos, um(a) representante das outras entidades ou dos cidadãos e cidadãos inscritos(as).

Art. 6.º O tempo disponibilizado para manifestação oral de cada um(a) dos(as) inscritos(as) será definido em razão do número total de interessados(as) e do tempo total previsto para a audiência pública, devendo a manifestação concentrar-se no tema proposto a fim de garantir a efetividade da reunião.

Art. 7.º Os(as) interessados(as) que quiserem se manifestar por escrito sobre o tema acima elencado poderão fazê-lo enviando o documento até o dia 06 de junho de 2025 para o e-mail sejud@trt8.jus.br, indicando no assunto "Manifestação escrita para a Audiência Pública - 09.06.2025".

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8.º Será lavrada ata da audiência, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar de sua realização que será divulgada no sítio eletrônico www.trt8.jus.br do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Art. 9.º Situações não previstas no procedimento da audiência pública serão resolvidas pela Desembargadora Presidente.

Art. 10. O presente edital encontra-se à disposição dos interessados no sítio eletrônico www.trt8.jus.br, nos perfis institucionais nas redes sociais, assim como está afixado na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Belém, 2 de junho de 2025.

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA
Desembargadora Presidente